

# Revolução

**DO DESEMPREGO PARA  
A SOCIALIZAÇÃO:  
UMA LUTA POLÍTICA  
A TRAVAR**

# Revolução



PORTA-VOZ DO PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO — BRIGADAS REVOLUCIONÁRIAS

## SOLIDARIEDADE COM A GREVE DAS OPERÁRIAS DA INDÚSTRIA CONSERVEIRA DO ALGARVE

As trabalhadoras conserveiras de V.R.Sto. António e Olhão desde a passada quinta-feira 21, que se encontram em greve.

Em Olhão, a greve teve por parte de alguns patrões reacções violentas.

O caso mais flagrante foi o que se passou na fábrica de Giuseppe Cocco, na qual uma operária foi agredida pelo patrão. Noutros locais os patrões tentaram impedir que as trabalhadoras abandonassem o trabalho fechando as portas das fábricas num acto de força reaccionária, ao qual as operárias opuseram a sua força, saindo e fazendo gorar os intentos dos patrões.

Esta luta tem como objectivos principais a garantia do trabalho, o subsídio de Natal e a abolição do regime de trabalho em que as trabalhadoras são obrigadas no início do contrato a entregar a carteira profissional (livreta) ao patrão só lhe sendo devolvida no fim da época, que as impede de mudar de local durante esse período.

Através desta luta as operárias conserveiras estão mais uma vez em conflito e a sua unidade, a todos os níveis, sindical e política. Há que formar comissões de luta que têm de ser eleitas em assembleia geral de fábricas, sendo a tarefa principal ao nível da luta sindical, destruir os sindicatos reformistas, que não servem os interesses dos trabalhadores.

## Repressão e Lutas em ESPANHA

### DUZENTOS MIL GREVISTAS EM ESPANHA

Segundo informações do Ministério do Trabalho Espanhol, teriam estado em greve no passado mês de Outubro 208 482 trabalhadores, sendo 65 872 no sector industrial, 63 082 na construção, 38 490 nos serviços e na agricultura mais de 26 000.

### A REPRESSIONA AUMENTA

16 SINDICALISTAS PRESOS  
EM 1970 COMPARECERAM  
NO TRIBUNAL



Eléctrica Espanhola e na Babcock & Wilcox, iniciados há mais de um mês, têm-se vindo a juntar as greves noutras empresas da região, estando em luta mais de 15 000 trabalhadores.

As reivindicações salariais com que começaram a maior parte dos conflitos, juntaram-se reivindicações que dizem respeito a condições de trabalho e de garantia

1600 o número de trabalhadores ainda não readmitidos. Na Babcock & Wilcox, depois da sua reintegração no dia 21 de Outubro, foram de novo despedidos 1175 operários. Na Fabrelec os 1250 operários sancionados, negaram-se a entrar na fábrica.

Também na Naval (Estaleiros Espanhóis de Sestao), 2000 trabalhadores foram sancionados.

ni-  
se  
es  
de  
r-

# DO DESEMPREGO PA

Para aqueles que falavam na «reconstrução da economia nacional», os factos se encarregam de demonstrar a falsidade da sua análise e o logro que constitui tal «slogan». Mais precisamente o logro existiu, de facto, na boca de organizações que, reclamando-se das classes trabalhadoras, as teriam conduzido (se tivessem sido ouvidas e acreditadas) a um beco de difícil saída.

Dissemos e dizemos que os trabalhadores não têm nada que reconstruir uma economia cuja estrutura actual é o suporte da exploração e opressão de que são vítimas.

Dissemos e dizemos que, a manterem-se as actuais estruturas (capitalistas), a crise económica seria indelével, não cessaria mesmo de se acentuar.

De facto, como poderia pensar-se na ultrapassagem duma crise de características capitalistas, mantendo-se o mesmo sistema económico? Aqueles que não viram o vazio irremediável do poder político sem poder económico, para além de se situarem num terreno de análise que **nada tem a ver com o materialismo**, acabaram por abrir portas por onde o fascismo quase ia penetrando em 28 de Setembro.

A manter-se o sistema, como será possível vencer uma crise duma economia toda dependente de centros imperialistas por sua vez em crise?

A manter-se o sistema, e dada a natureza da crise, como será possível vencer o óbice do atraso tecnológico e administrativo da larga maioria das empresas?

A manter-se o sistema, como será possível a libertação económico-militar face aos centros imperialistas?

A manter-se o sistema como será possível a alteração do quadro das relações comerciais externas, o que implica umviragem de 180.8 na política externa?

Dizíamos e dizemos, por outro lado que a manunção do sistema levaria a que fossem os trabalhadores a pagar a recessão económica.

Como será possível evitá-lo, mantendo-se os meios de produção em mãos de empresas privadas e grupos económicos? É caso para perguntarmos se se acreditou numa possível costela de masoquismo da parte do patronato? De qualquer modo, a inflação e o desemprego esclarecem bem acerca da natureza de classe dos partidos da coligação.

## I — SITUAÇÃO ECONÓMICA

Do ponto de vista económico, a situação arripa os cabelos a qualquer bom capitalista. Os aumentos salariais registados após

o 25 de Abril, vieram pôr a nu, entre outras, as seguintes verdades:

1 — O sistema empresarial mantinha-se graças aos baixíssimos salários então pagos.

2 — As deficientes infra-estruturas e os baixíssimos níveis da produtividade não permitem, dada a subida súbita dos salários (mau grado as suas insuficiências) qualquer tipo de concorrência nos mercados a que o país está sujeito: os centros imperialistas.

3 — Eram ainda os baixos salários o principal motivo que estimulava o interesse de certos centros imperialistas investir em Portugal.

Temos ainda que o acentuadíssimo desnível entre os 8 principais grupos económicos e as restantes empresas não permite que o grande capital possa controlar uma acção concertada de todos os empresários, em ordem a uma estratégia de classe global. De facto as contradições dentro do próprio capital e o contexto sócio-político actual, levam a que muitos dos pequenos e médios empresários entrem em pânico, ou vejam mesmo a nacionalização dos grandes grupos económicos como a sua última possibilidade para a sua salvação.

Finalmente, temos que a urgência da efectivação de grandes investimentos está irremediavelmente afectada pela falta de garantias oferecidas pela actual situação política e ainda pela incapacidade de o Estado tomar tal tarefa em mãos enquanto se mantiverem as actuais estruturas.

Se estas perdurarem é, pois, fácil prever-se uma total estagnação (e mesmo recessão) ao nível dos grandes grupos económicos e uma recessão asficiente a nível da pequena e média empresa. A esta dinâmica é escusado tentar fugir, mesmo que o actual Governo Provisório procure valer-se de truques monetários e financeiros, mesmo que jogue com a balança de pagamentos deficitária no sector público, etc., etc.

O certo e o importante é que nesses mecanismos não reside nenhuma das alavancas mestras duma economia a nível nacional (e internacional, acrecente-se). Daí que, no actual contexto, a solução não possa ser económica. Tem que ser política.

## II — SITUAÇÃO SOCIAL

Estando o país numa situação de crise económica profunda, que é resultante da agudização das contradições do sistema, era inevitável o agravamento das tensões sociais.

Ora as tensões sociais eram já enormes antes do 25 de Abril, o que explica que no dia 26 os

trabalhadores, saltando em cena por cima de quantas organizações partidárias existiam, desencadeassem uma enorme vaga de lutas que só esmoreceria com a satisfação de grande parte das reivindicações.

Estava-se então próximo de Agosto, e em Agosto mesmo fazíamos sair um texto de análise («Revolução», n.º 10) onde se afirmava a obrigatoriedade de novo reacender das lutas sociais a curto prazo. Pois logo de seguida as lutas foram-se multiplicando num crescendo que, a conservar-se a actual política governamental, está ainda longe de ter atingido o auge.

Não poderia ter acontecido de outro modo atendendo a que, dada a conservação dos meios de produção nas mãos dos capitalistas, a opressão e a exploração se iriam acentuar: trata-se, para os patrões de recuperar o terreno perdido na disciplina fabril de tipo militar, por um lado, e, através da inflação (em parte incontrolada) por outro lado, recuperar as taxas de lucro.

E aqueles que dizem que os aumentos dos salários não foram ainda reabsorvidos pela inflação, esquecem-se (ou fazem-se esquecer) de que a inflação atingiu valores próximos dos 50% — o que corresponde aos aumentos

lançar para o desemprego milhares de trabalhadores.

E se a isto acrescentarmos o número dos regressados das colónias e do estrangeiro, facilmente nos apercebemos quanto custa para os trabalhadores a pretensa consolidação deste tipo de democracia (burguesa)...

O desemprego, sabe-se, é característico da sociedade capitalista. É do interesse do capital manter um permanente desemprego, desde que este não ultrapasse níveis a partir dos quais se poderá voltar contra o próprio capital. O exército de desempregados, desde que o seu contingente não ultrapasse números «razoáveis» (do ponto de vista capitalista), é no sentido de, através da ameaça do despedimento, controlar os salários e conter as lutas sociais.

Os níveis de desemprego atingidos hoje em Portugal estão, no entanto, muito para além da tal «razoabilidade». Evidentemente, tal facto acarreta uma ainda maior insegurança da parte dos trabalhadores, que assim se vêem permanentemente ameaçados de perder os meios de subsistência; isto é tanto mais evidente quanto é certo que o desempregado tem hoje o mínimo de hipóteses de recolocação.



salariais mais elevados — nos três meses que antecederam o golpe de 25 de Abril. Temos, portanto, que os salários, em relação a Janeiro último, estão atrasados tanto quanto o aumento dos preços verificados após o 25 de Abril.

Ainda no que toca à inflação, esta coloca a pequena e média empresas numa situação impossível, e por tabela milhares e milhares de trabalhadores perante a ameaça de desemprego, o que, por si só, atingiria volume considerável. Acontece, porém, que também as grandes empresas, ou por dificuldade de concorrência nos mercados tradicionais, ou por desinteresse dos grupos imperialistas a que pertencem, ou ainda pela diminuição das encomendas por parte de interessados estrangeiros, ameaçam

De imediato, tal situação é sem dúvida aproveitada pelo patrão no sentido de manter os salários dentro de níveis baixíssimos (quando não vão mesmo ao ponto de não cumprirem contratos já assinados), reinstaurar um clima de divisão no seio dos próprios trabalhadores («salve-se quem puder»), evitar movimentações sob ameaça de despedimento dos mais activos.

Há, entretanto, que ter em conta o que ficou das lutas travadas após o 25 de Abril: um grande salto na consciencialização política dos trabalhadores (sobretudo nos grandes centros industriais), uma primeira tomada de consciência da força real da classe, tudo isto traduzido em organização a vários níveis (sindical, partidário e autónomo) que, muito embora

sejam para já embrionários apontam directamente para formas de luta superiores, para formas de organização mais avançadas.

Só assim se percebe o que em várias empresas tem sucedido: os trabalhadores, perante a ameaça de serem despedidos alguns dos seus camaradas, erguem-se em bloco contra qualquer despedimento e impõem a anulação de tal medida ou a reintegração de todos os despedidos. Isto mostra exactamente o perigo que advém, para o capital, dos actuais níveis de desemprego: funciona de imediato como travão das lutas, mas acaba por conter dentro de si a iminência duma verdadeira explosão (tipo Maio de 68 em França). Aliás, isto provocou, desde já, lutas a nível de empresa que, mau grado a modéstia do seu aspecto quantitativo, são qualitativamente avançadas — em relação ao período Abril/Julho — e constituem motivo de uma ainda mais rápida tomada de consciência de classe, abrindo assim a possibilidade de saltos organizativos qualitativamente importantes.

## III — SITUAÇÃO POLÍTICA

Do ponto de vista político, a situação, já se vê, é da mais completa instabilidade. Aquilo que vínhamos classificando de Política Impossível — a do Governo Provisório — não demorou a mostrar-se como tal. Daí que todos os partidos da coligação governamental se preocupem e apremem a mudar de traço: O P.P.D. passa a falar abertamente em «socialismo», «nacionalizações, etc.», etc.; e já há quem diga que o P.S., neste momento entalado entre o P.C. e o P.P.D., se prepara para passar a braço ao P.C. virando, por sua vez à «esquerda». E o P.C., o que fará? Ao que parece, e por muito que lá se procure uma saída, nada estará definido...

Dentro das Forças Armadas, conforme é do conhecimento do público, também acontecem, perante a impossibilidade evidente e manifesta da continuação da actual situação política, grandes discussões no sentido duma tomada de posição política, grandes discussões no sentido duma tomada de posição mais clara.

Em suma, são inevitáveis alterações — de cujo sentido falaremos mais adiante — e que não podem deixar de vir à luz do dia a curto prazo.

Importa desde já anotar que — sendo a correlação de forças favorável a uma perspectiva de esquerda — a falta de organização de força e de crédito suficientes das forças de direita, determina o desvio generalizado no sentido do progressivo.

Resta-nos analisar, tendo em conta este dado, o verdadeiro

# RA A SOCIALIZAÇÃO

significado que, para cada uma das forças e sobretudo para a classe operária, têm estes saltos de orientação política.

## IV — EVOLUÇÃO ECONÓMICA

Dissemos atrás que a **solução** para a crise económica não é económica, é política.

Com efeito, é necessário:

1 — Nacionalizar extensamente, sem o que a recessão económica se acentuará enormemente, a fuga de capitais escoará divisas essenciais, o capital disporá de meios para fazer a sua política de sabotagem ou simples contról.

2 — Nacionalizar também, como único meio de o Estado poder intervir, não em função do lucro empresarial, mas da economia global, em ordem à satisfação das necessidades sociais.

3 — Fazer uma viragem na política externa de modo a libertar o país, no que respeita às relações comerciais, do arbitrio dos centros imperialistas.

4 — Em consequência, orientar as nossas relações políticas e comerciais em direcção aos países de economia atrasada a quem podemos oferecer, do ponto de vista económico e financeiro, a vantagem da não-exploração.

5 — O aproveitamento de todas as potencialidades em termos de força de trabalho, o que também só será possível através de vastas nacionalizações.

6 — Profunda reforma agrária no sentido de evitar o subemprego tolhedor do desenvolvimento, no sentido de aumentar a produtividade e diminuir do défice da balança de pagamentos, no sentido de pôr os produtos a coberto das arbitrariedades climáticas, no sentido de proteger a produção agrícola da gula dos produtores de máquinas e produtos químicos indispensáveis, no sentido de possibilitar uma planificação da produção agrícola, no sentido de garantir a exploração de intermédios entre produtor/comprador, no sentido, de ultrapassar a pequena exploração anacrónica e anárquica. Trata-se de nacionalizar a grande e média exploração agrícola e dar as máximas facilidades à criação (a partir da pequena exploração) de cooperativas agrícolas, desde que obedecam a princípios socialistas (não podemos quedar-nos por cooperativas tipo neocapitalista, simples associações patronais).

A agricultura pode, nas actuais condições, funcionar como caixote de lixo do desemprego: alguns dos

desempregados podem regressar à produção agrícola; mas como a tal não corresponderá qualquer vestígio de desenvolvimento — a menos que haja forte intervenção estatal — cai-se de novo no subemprego em que vegetávamos há 10 anos.

A intervenção estatal na agricultura é ainda urgente por dois motivos:

1 — aproveitaria o excedente de mão-de-obra para proceder a trabalhos de profunda remodelação das estruturas e infra-estruturas agrícolas (e não só).

2 — Garantir, o que não é exclusivo da agricultura, a produção de produtos indispensáveis mas não rentáveis do ponto de vista capitalista, sem que os trabalhadores sejam vítimas da arbitrariedade das cotações do produto no mercado.

A intervenção estatal não pode, no entanto processar-se de qualquer modo, na medida em que ela pode, se obedecer a determinados moldes, favorecer o capital desejoso de recuperar o terreno perdido ou, no mínimo, garantir a sua sobrevivência. É o que veremos quando falarmos da evolução política.

## DO DESEMPREGO PARA A SOCIALIZAÇÃO

## V — EVOLUÇÃO SOCIAL

Falar-se hoje da situação social e sua evolução é falar, sobretudo, de salários e desemprego, os dois problemas que, de imediato, mais afligem os trabalhadores.

No que respeita aos salários, é evidente a sua magreza actual. Se tivermos em conta o processo inflacionário, é óbvio que os salários constituirão um dos principais factores que jogam no sentido do aumento da tensão social.

O desemprego é, no entanto, o grande busillis do momento e do sistema.

O facto da O. C. D. E. prever 500 000 desempregados para o fim do ano (16% da população activa!!!), é bem esclarecedor da gravidade do problema.

Disto se aperceberam os partidos da coligação governamental, razão pela qual decretaram a possibilidade de «nacionalizar» empresas que procedam a despedimentos em certos moldes.

Não esperem, no entanto, os trabalhadores que alguém lhes ofereça numa bandeja a solução do problema. Há que se organizarem no sentido de não permitirem qualquer despedimento, porquanto todos estão ameaçados e a abertura de um precedente abre as portas a futuros despedimentos parciais:

Exemplos como os da «Bosch» e dos pescadores (entre outros) são de um combate que urge travar e levar tão longe quanto necessário e possível. De contrário, as previsões da O. C. D. E. pecarão por defeito.

Não basta que os trabalhadores evitem o despedimento imediato. A ameaça permanecerá enquanto a empresa não for nacionalizada e socializada. A nacionalização, por si só, não garante a solução do problema. É necessário encetar desde já uma luta no sentido da socialização, isto é, da gestão da empresa pelos trabalhadores.

O recente decreto que abre a possibilidade do Governo proceder a «nacionalizações» é mais uma medida que nada tem a ver com os interesses profundos do proletariado. Trata-se de uma medida profundamente demagógica e de cunho que se pode tornar reaccionário, porquanto visa a criação de um sistema neo-capitalista. Para além do mais, só considera o encerramento ou ameaça de despedimento total ou de secções significativas da empresa ou, ainda, despedimentos efectivos ou iminentes de uma parte importante do pessoal, sem justa causa.

Ora, postas as coisas nestes termos, é evidente que fica aberta a possibilidade de pequenos despedimentos, o que é tanto mais grave quanto poderão incidir sobre os trabalhadores mais combativos.

Pergunta-se, aliás, o que se entende por despedimento sem justa causa, critério que está longe de evitar arbitrariedades.

Nesse diploma, sobre o qual nos deteremos no capítulo seguinte, têm os trabalhadores a prova de quanto o sistema é capaz de suportar e integrar, pondo a claro o colaboracionismo dos partidos reformistas e as limitações das lutas reivindicativas.

Estas são necessárias, mas só serão plenamente úteis se se perspectivarem no sentido da luta política. Eis o que terá de estar presente na ideia e na acção dos trabalhadores, sob pena de verem recuperadas pelo sistema algumas das suas conquistas.

## VI — EVOLUÇÃO POLÍTICA

Falámos atrás na viragem à «esquerda» do PPD e na possibilidade de tal vir a acontecer com o PS. O mesmo aconteceu com o Governo Provisório, do que é exemplo, como já referimos, o recente diploma que admite «nacionalizações».

Mas esse mesmo diploma não altera em nada a questão de fundo, porque em nada põe em causa o capitalismo. Pelo contrário. Ora é isso que vamos dissecar:

1 — As situações que podem conduzir à «nacionalização» não são

devidamente precisadas, o que deixa em aberto a possibilidade de intervenção em termos de menor firmeza.

2 — A «nacionalização» é posta em termos de indemnização, o que implica:

a) — Que a riqueza social não seja reconhecida como produto exclusivo do trabalho (indemniza-se

assim o empresário por lhe ter sido «nacionalizado» algo que, em boa verdade, pertence aos trabalhadores).

b) — Que se dá ao empresário a possibilidade da criação ou aquisição de novas empresas privadas, uma das formas de manutenção do capitalismo.

c) — Que, jogando o que ficou

Continua pág. 8

## PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO BRIGADAS REVOLUCIONÁRIAS

- ACABAR COM A SOCIEDADE CAPITALISTA
- ACABAR COM A EXPLORAÇÃO DO HOMEM PELO HOMEM
- LUTAR CONTRA O COLONIALISMO
- LUTAR CONTRA O IMPERIALISMO
- ORGANIZAR OS TRABALHADORES PARA A TOMADA DO PODER
- A TOMADA DO PODER PELOS TRABALHADORES É SEMPRE PELA VIOLÊNCIA REVOLUCIONÁRIA
- O PROLETARIADO NO PODER É A DITADURA DO PROLETARIADO
- A DITADURA DO PROLETARIADO NÃO É A DITADURA DUM PARTIDO OU DUM GRUPO, É A DITADURA DA CLASSE
- A DITADURA DA CLASSE TEM DE SER EXERCIDA POR ESTRUTURAS ELEITAS PELA CLASSE
- ESSAS ESTRUTURAS SÃO AS COMISSÕES DE TRABALHADORES ELEITAS EM ASSEMBLEIA E REVOGÁVEIS A TODO O MOMENTO
- ASSEMBLEIAS DE TRABALHADORES, COMISSÕES DE TRABALHADORES, DELEGADOS DE COMISSÕES SÃO A ORGANIZAÇÃO AUTÓNOMA DOS TRABALHADORES
- A ORGANIZAÇÃO AUTÓNOMA É A ÚNICA REPRESENTANTE LEGÍTIMA DOS TRABALHADORES
- A ORGANIZAÇÃO AUTÓNOMA DOS TRABALHADORES É QUE EXERCERÁ A DITADURA DO PROLETARIADO
- CABE AO PARTIDO REVOLUCIONÁRIO A ANÁLISE POLÍTICA DA SITUAÇÃO CONCRETA, DE ACORDO COM UMA PERSPECTIVA POLÍTICA GLOBAL
- CABE AOS MILITANTES ESTIMULAR A ORGANIZAÇÃO AUTÓNOMA, LUTAR DENTRO DELA POR UMA LINHA JUSTA; PROPAGANDEAR A PERSPECTIVA REVOLUCIONÁRIA, RECRUTAR NOVOS MILITANTES
- NA SITUAÇÃO ECONÓMICA, SOCIAL E POLÍTICA ACTUAL SÓ HÁ UMA SAÍDA PARA OPÔR AO FASCISMO — O SOCIALISMO

# Sado Internacional — SETUBAL

Na Sado Internacional (Faianças e Porcelanas), empresa com capitais franceses e três centenas de operários, 80% dos quais são mulheres, desenvolveu-se, entre os dias 12 e 20 de Novembro, um processo de luta que culminou com a derrota quase total dos trabalhadores. Largas culpas cabem aos reformistas do PCP que mais uma vez demonstraram quais os interesses que defendem.

Mas será melhor dar a palavra aos trabalhadores que entrevistámos.

**Revolução:** — Como foi iniciado o v.º processo de luta?

**Resposta:** — A greve começou no dia 13 de Novembro e durou até ao dia 20. Teve início na secção de olaria (produção) e as outras secções rapidamente aderiram.

**Revolução:** — Quais eram as vossas reivindicações?

**Resposta:** — As principais eram: a) salários mínimos — Homens — 6000\$00; Mulheres — 4500\$00 6

**AS MULHERES TÊM UM TRABALHO DIFERENTE;**

b) Subsídio de transporte e de alimentação;

c) Refeitório;

d) Creche.

É de notar que excepto o salário, e a creche, as outras reivindicações já tinham sido apresentadas em tempo mas embora prometidas pela administração nós ainda não vimos nada.

**Revolução:** — E como é que foi desencadeado o processo de greve?

**Resposta:** — Os trabalhadores da secção de olaria pediram uma reunião com a administração para apresentarem as suas reivindicações. A administração negou-se e propôs que nós elegeámos uma comissão que nos representasse e só com esses teria a reunião. Ora nós negámos porque em lutas anteriores as comissões eleitas não conseguiram nada e achávamos que devíamos falar todos para mostrar a nossa força. Solicitamos então a presença do administrador que se recusou a comparecer e apelou para o INT, pois nós entramos logo em greve.

No decorrer da greve então reconhecemos a necessidade de eleger uma comissão que nos representasse e que promovesse a nossa organização na luta.

Qual foi a interferência do INT na vossa luta?

**Resposta:** — O administrador Carlos Monteiro, de Lisboa, fascista que se gaba de ter despedido vários trabalhadores noutras fábricas tinha apelado para o INT dizendo que «já nos tinha dado o pão e que agora dava-nos o pau».

Depois veio cá um delegado do INT, que só tentou pôr água na fervura, dizendo que a greve era ilegal, que não estávamos a respeitar a lei, etc. Mas não conseguiram nada.

Ah! O administrador chamou também a GNR que veio à fábrica mas não chegou a entrar. E depois foram-se embora.

**Revolução:** — E a administração não apresentou nenhuma contra-proposta?

**Resposta:** — Apresentou uma proposta de prémio de 300\$00 no caso da produção passar a 350 mil peças vendáveis (sem defeito).

## O PCP PARTICIPA NA LUTA

**Revolução:** — Não tiveram contacto com o exterior para divulgar a vossa luta?

**Resposta:** — Apareceram cá na fábrica dois indivíduos do PCP (um deles do Comité local de Setúbal) e disseram que queriam fazer uma entrevista para o jornal, sobre as razões da sua luta e o seu desenvolvimento.

Depois o administrador convidou os elementos do PCP a permanecerem na fábrica o tempo que achassem necessário e teve uma reunião privada com eles.

**Revolução:** — E qual foi a posição desses elementos do PCP em relação à vossa luta?

**Resposta:** — Bem, eles falaram connosco e pediram-nos que não dessemos entrevistas para os jornais, para não divulgarmos a nossa luta.

E disseram que aceitassemos as condições que levaram ao fim da greve. Ficamos então com mais 300\$00 no ordenado (e não como prémio de produção) excepto os encarregados e contratados, e com 100\$00 mensais de subsídio de transporte. Como subsídio de alimentação a administração dá-nos sopa e café, porque diz que não pode dar mais. E prometeram de novo o refeitório, mas quanto à creche dizem que não pode ser nada que isso fica muito caro.

Mas a administração soube gastar mil contos com os jardins da fábrica.

Enfim acabamos por ser derrotados ao fim de uma semana de greve.

**Revolução:** — Quais foram para vocês as razões da vossa derrota?

**Resposta:** — Bem, como não divulgamos a nossa luta (foi o PCP que nos pediu isto) acabamos por ficar isolados e ninguém nos apoiou. E por outro lado o pessoal começou a perder o ânimo, a temer a falta de dinheiro em casa e como os reformistas do PCP nos disseram para aceitar as condições propostas o pessoal acabou por ceder.

E agora, para receber aquela semana de greve, teremos de trabalhar no sábado, 23. Nós achamos que é incorrecto ir trabalhar pois a administração com

isso quer-nos dobrar a espinha. Mas o pessoal acaba por ir.

## AS CONDIÇÕES DE TRABALHO NA FÁBRICA

**Revolução:** — Sobre as condições de trabalho como estão?

**Resposta:** — Para além de não termos refeitório nem creche, temos para lá um médico, (que é conhecido pelo «veterinário») que é cunhado do administrador. Assim, quando alguém está doente e podia ir à Caixa de Previdência e ter baixa ele não nos deixa porque para ele está tudo bem.

As condições de trabalho são duras. Basta dizer que 30% dos operários estão sujeitos a surdez e 20% estão sujeitos a silicose incurável.

**Revolução:** — Quanto a salários, as desigualdades são grandes?

**Resposta:** — Nalgumas secções há mulheres (menores) que chegam a ganhar 1200\$00 e 1600\$00. E por outro lado os encarregados ganham 12 a 14 mil escudos mais um subsídio de renda de casa. Isto sem falar nos administradores.

E há ainda outra coisa muito importante. Enquanto na fábrica se gastam para pagamento ao pessoal (305 trabalhadores) 1100 contos mensais, na sede em Lisboa só com 15 empregados e 3 administradores gastam 600 a 700 contos por mês.

# SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE ALMADA

Camaradas da Lisnave enviaram-nos um documento do Sindicato, que circulou entre os operários. Nesse documento está transcrito o discurso de saudação aos sindicalistas soviéticos que a 19 de Novembro visitaram o Alfeite e o Sindicato dos Metalúrgicos. A linha defendida nesse discurso é totalmente diferente da linha sindical habitualmente defendida pelas direcções sindicais maioritárias na Intersindical. Nela se defende a assembleia de empresa como órgão máximo. Nela se defende as comissões de trabalhadores. E aí se traça uma clara posição anti-capitalista e anti-imperialista.

Que se passa no Sindicato dos Metalúrgicos de Almada? Contradições internas? Triunfo duma linha revolucionária, que por todo o lado se vai impondo, dada a evolução da situação objectiva? Sinal positivo dos tempos que vão correndo...

Segue-se esse discurso de saudação:

## DISCURSO DE SAUDAÇÃO AOS CAMARADAS SOVIÉTICOS.

O Sindicato Livre dos Metalúrgicos de Almada tem a honra e o prazer de receber nas suas instalações os camaradas Vladimir Bogatikov, Boris Averianov do Conselho Central dos Sindicatos Soviéticos e o camarada Mário Giovanini da CGIT — Confederação Geral Italiana do Trabalho.

Nós queremos saudá-los, em nome dos milhares de operários que nós representamos e que neste momento trabalham para a sua subsistência e para os capitalistas.

É justo que se renda aqui homenagem, que nós nos congratulemos, pelo esforço combativo, pela capacidade de organização, revelados pela nossa classe, nas lutas que se travaram, na TIMEX, CPP, H. Parry & Son, e na LISNAVE.

Estas lutas revelam a capacidade política, da vanguarda reconhecida pela classe, porque eleita ou sancionada pelos trabalhadores em Assembleia Geral.

Elas têm tido como objectivo defender os interesses fundamentais dos trabalhadores e algumas delas atacaram-se a objectivos políticos. Não aceitaram jogos de gabinete e puseram à prova as intenções dos fascistas da luva branca, senhores do governo.

O discurso de demissão do General Spínola rende homenagem às lutas autónomas da classe operária, à sua maneira evidentemente.

Os sindicatos de estrutura corporativa fascista, embora dirigidos por antifascistas que nós somos revelaram-se incapazes de ser a organização combativa dos trabalhadores. Nalguns casos, nem chamados foram. Noutros tentaram controlar a luta, mas os trabalhadores não são parvos.

As Assembleias Gerais de Trabalhadores, com a participação activa de todos, como órgão de controle máximo com largas possibilidades de politização das massas operárias.

As Assembleias Gerais de delegados, eleitos e controlados pelas massas com representação proporcional de todas as profissões e locais de trabalho.

A ligação orgânica, por sectores de actividade, por um lado, e as uniões locais por outro, destas comissões, apontam para uma organização sindical dos trabalhadores, verdadeiramente montada e controlada por nós operários.

As comissões de empresa, nalguns casos têm muito de semelhante com os soviets da revolução socialista.

Os esquemas de «contrôle» de gabinete de dirigentes de colarinho branco desenraizados da luta da ferrugem e da massa trabalhadora, mesmo aprovados e legislados correm o risco de serem postos à margem, pelo processo de luta da classe.

Começa esta visita por ser uma visita de amizade e cortesia.

Nós pensamos que ela deve ser o primeiro passo, para um largo trabalho de cooperação sindical a nível internacional.

O momento que vivemos é de luta. Esta luta pode ser decisiva para a classe operária.

O nosso país está em grande parte controlado pelo imperialismo internacional.

Neste momento, o capital sem pátria ataca a nossa classe, pelos despedimentos.

Hoje há o subsídio; amanhã será a grande miséria.

A solidariedade desenvolve-se entre nós. Fazem-se recolhas de fundos para trabalhadores em luta. Nalgumas empresas, o desconto de um dia de trabalho por mês, ganha corpo.

Há contactos permanentes e programação de luta entre empresas de vários países, a nível das mutinacionais.

A solidariedade operária desenvolve-se e nós fazemos votos para que ela seja cada vez mais eficaz.

VIVA A CLASSE OPERÁRIA  
VIVA O INTERNACIONALISMO  
PROLETÁRIO

## DOSSIER BRIGADAS REVOLUCIONARIAS



à venda

# Papelaria Fernandes - Fala um Trabalhador

Como foi a Papelaria Fernandes, como é que ela é antes e depois do 25 de Abril. Conhecida em todo o lado, entre os trabalhadores, pelos métodos que utilizava contra todos os que lá trabalhavam para melhor os explorar, começa agora a conhecer movimentações no seu interior, no sentido de sanear todas as figuras sinistras que ainda por lá vegetam. Os trabalhadores vão tomando consciência dos problemas que vivem e do mundo que os rodeia e começam a por em causa o sistema de opressão a que os sujeitam, o sistema capitalista. Para isso criaram uma organização verdadeiramente representativa dos trabalhadores, procurando sempre a participação activa de todos no processo que iniciaram a seguir ao 25 de Abril. Essa organização, que não é de cúpulas nem procura ser definitiva está neste momento a sofrer modificações importantes pela necessidade que tem de ser mais actuante no sentido de dinamizar de uma forma mais eficaz a luta dos trabalhadores.

Neste depoimento de um trabalhador da Papelaria Fernandes está não só o historial desta empresa, como também uma crítica à Comissão de Trabalhadores, facto de que todos os elementos da C. de T. estão conscientes e que procuram superar.

"Nomes como o de Agostinho Lourenço metiam uma espécie de terror ao nível da empresa e como se sabia que era da PIDE e que era lá o chefe de modo que os trabalhadores tinham medo, verdadeiro medo disso. Aqui à tempos numa Assembleia de trabalhadores falou-se que a empresa tinha como um dos donos um fundador e director da PIDE durante muitos anos.

Isto causou verdadeiro pânico de modo que um dos familiares dos Administradores da empresa foi à mesa da Assembleia explicar que a tal pessoa tinha o apelido Lourenço mas que não era da família e tal...

No dia seguinte à Comissão de trabalhadores foi chamada à Administração onde o Dr. Carmona Lourenço deu então grandes explicações e que o tal Agostinho Lourenço nada tinha a ver com a Papelaria Fernandes e já fora afastado por irregularidades. Quer dizer, que eles têm medo de dar explicações da ligação com esse personagem. Verifica-se por outro lado que esse medo está a passar".

## "NÓS TEMOS CÁ A NOSSA QUINTA COLUNA"

"No entanto segundo uma frase do Presidente do Conselho de Administração, Dr. Alberto Lourenço, dita a um dos nossos delegados: "Nós temos cá a nossa quinta coluna". Quer dizer, que dá a impressão que estão a tomar uma posição de força em relação aos empregados, parecendo que este Dr. ainda está convencido duma evolução a seu favor e está tentando agora tomar toda uma série de atitudes de desafio aos empregados".

## DUAS FOTOGRAFIAS PARA QUÊ?

"A partir de uma série de tomadas de posição da delegação dos trabalhadores têm surgido várias irregularidades que ele diz desconhecer. Uma é a questão das fotografias que foram pedidas em

duplicação para cartões da Caixa de Previdência, isto já desde 1972 e que nunca apareceram. Foi-se à Caixa de Previdência perguntar pelos ditos cartões e esta disse que não tinha pedido nenhuma fotografias. Acontece que uma colecção destas fotografias apareceu agora na secção de pessoal, não sabendo ninguém onde é que a outra pára. A Comissão de Trabalhadores está a pensar em ir à Comissão de Extinção da PIDE e ver se lá se encontra a outra colecção de fotografias. Esta secção de pessoal que está de tal maneira habituada a enganar e a explorar os trabalhadores que agora não consegue adaptar-se à nova maneira de trabalhar".

## CARMONA TAMBÉM DESCONHECE TAL FACTO

"Uma outra irregularidade surgiu à pouco tempo, em virtude do Contrato Colectivo de Trabalho em que a casa passou a completar o subsídio da Caixa, completando assim o ordenado dos funcionários. No entanto a casa desconta a esses trabalhadores 6%, desconta esse que não vai para a Caixa uma vez que quando uma pessoa está doente não desconta isso.

Reclamou-se na secção de pessoal e eles disseram simplesmente isto: "Como nós não sabemos como era perguntámos a Guérin e como eles fazem assim nós também fazemos". Esse Dr. Carmona desconhece tal facto".

## O FICHEIRO PRIVATIVO

"A repressão que houve antes do 25 de Abril metia medo com os despedimentos (há pessoas que chegaram a estar anos sem ser aumentadas). Em relação ao ambiente que se vivia na empresa era de terror visto que escolheram determinado tipo de chefes que mandavam ameaçando com despedimentos, cortes de aumentos, mudanças de lugares,

quer dizer faziam tudo o que lhes apetezia contra os trabalhadores. Depois do 25 de Abril esses mesmos chefes passaram a ser uma espécie de bonecos cumprimentando toda a gente, dizendo-se socialis-comunistas, uma coisa que eu não sei sequer se existe. Houve até um chefe de secção que chegou a ter um ficheiro privativo onde anotava todas as particularidades de cada um".

## É PRECISO SANEAR OS PIDES

"A comissão pensa fazer uma pequena lista de pessoas que são suspeitas à muito tempo, de modo a confirmar as suas ligações com a PIDE. Há algumas pessoas que estão com medo desta coisa".

"Havia um que era mesmo da PIDE e que salu há muito tempo. Esse fulano que tinha um ficheiro esteve preso. Quando esteve preso houve pedidos do próprio eng. Fernão Lourenço filho do Agostinho Lourenço que quis intervir a favor dele mas não pôde. Houve até um outro empregado João Alves que foi falar com o próprio Silva Pais e parece que lá o conseguiu safar. Passado pouco tempo esse funcionário apareceu na TV a meter na urna o voto de Marcelo Caetano. Existem portanto suspeitas que esse fulano tenha sido aliado quando salu. E é justamente esta pessoa que aparece lá com um ficheiro secreto dos trabalhadores que estavam sob a sua ordem. Como se chama? — José Rodrigues".

## MEDIDAS QUE PODEM LEVAR À GREVE

"No que respeita à administração há conhecimentos de que estão a ser tomadas toda uma série de medidas que podem muito bem levar a casa à greve. E há dúvida por parte do pessoal se essas medidas tomadas pela administração se são na realidade propositadas uma vez que já estão a falar numa falta de fundos etc".

"A Comissão de Trabalhadores formou-se quase logo a seguir ao 25 de Abril, começando por impor à casa um caderno reivindicativo ao qual a empresa fez uma contra-proposta que é uma verdadeira ofensa à inteligência dos trabalhadores". Verifica-se até que todas as medidas que a empresa está a tomar ofendem a classe trabalhadora até porque a empresa está habituada de tal maneira a tratar os trabalhadores como máquinas de fabricar dinheiro não pensando numa inteligência por parte dos trabalhadores. Entre essa comissão de trabalhadores surgiu um número mais activo, que veio a

ser insultado surgindo uma circular a pô-lo de rastos chamando-lhe todos os nomes possíveis. Esse camarada entregou já o assunto à polícia judiciária tendo ido já a uma audiência, de modo a tentar-se descobrir donde veio as calúnias".

## Dr. CARMONA — DEPOIS DE MARÇO É QUE SE HÁ-DE VER...

"Há também uma questão que é um tipo de atitudes tomadas pelo administrador Dr. Carmona Lourenço, que é a pessoa mais intratável dentro da administração, que cortou as comissões aos vendedores. Isto foi anterior ao 25 de Abril e prejudicou de tal modo os trabalhadores que estes acabaram por pôr o caso em tribunal e o assunto está presentemente dependente da decisão judicial. Este senhor parece estar convencido que a situação há-de evoluir a favor dele a ponto de dizer aos delegados que só depois das eleições de Março é que se havia de ver..."

## A EMPRESA SÃO OS TRABALHADORES

"Uma coisa que não se nota por parte dos trabalhadores é uma consciência de que são eles que devem lutar. Normalmente vão para as assembleias apenas apoiar a delegação. Eu gostaria de chamar a atenção dos trabalhadores neste aspecto até por uma razão, na medida em que eles confundem a administração de empresa com a própria empresa. Têm medo de atacar a administração temendo ficar desempregados. Nós temos de chamar a atenção dessas

pessoas que a empresa são eles trabalhadores. Que eles estão aptos a garantir a continuação da empresa e que é justamente a administração que está a levar a empresa à falência. É por isso que se deve chamar a atenção dos trabalhadores para a questão dum apoio efectivo à delegação, que se juntem, que façam a sua própria política e que a apoiem, não somente com palmas nas assembleias".

## COMISSÃO DE LUTA DOS TRABALHADORES

"A Comissão dos Trabalhadores deve ser essencialmente uma comissão de luta dos trabalhadores. As tendências políticas não devem intervir, apenas os interesses dos trabalhadores é que devem ser assumidos pela própria comissão. Acho que essa comissão em caso algum deve estar isolada em relação aos trabalhadores, quer dizer, que a assembleia não serve apenas de apoio mas que devia ser ela a decidir o que a comissão devia tratar. A comissão deve ser o intérprete dos desejos dos trabalhadores.

É que os trabalhadores estão de tal maneira mentalizados a serem dirigidos que ainda não compreenderam — e aqui é que está a minha crítica à comissão — que não faz por incentivar a participação por parte dos trabalhadores. Eles acabaram por confiar a direcção dos seus assuntos à comissão. A comissão actual é da inteira confiança dos trabalhadores, que a têm apoiado, mas apoiado apenas com palmas, sem aquela colaboração mais directa e efectiva que a própria comissão se tem fartado de pedir".

POR MOTIVOS TÉCNICOS NÃO NOS FOI POSSÍVEL PUBLICAR NESTE NÚMERO, UMA ENTREVISTA COM ALGUNS ELEMENTOS DA COMISSÃO DE TRABALHADORES DA PAPELARIA FERNANDES, O QUE FAREMOS NO PRÓXIMO NÚMERO.

V. I. LENINE  
DO  
ESTADO



à venda

edições

Revolução



ESCREVE-NOS: RUA DO ARCO DO CARVALHÃO, N.º 1-5.º Dt.º - LISBOA

# DO DESEMPREGO PARA A SOCIALIZAÇÃO

Continuação pág. 5

dito na alínea anterior e ainda com a possibilidade de intervenção do Estado na obtenção de auxílio financeiro extraordinário a empresas, os grandes capitalistas se sirvam da nacionalização para investir em sectores mais rentáveis, logo, a acentuarem a exploração das classes trabalhadoras:

Caminhariamos, assim, para um neo-capitalismo (capitalismo monopolista de Estado tipo italiano na máxima hipótese), o que seria institucionalizado pela vitória eleitoral do PPD (fácil para quem, sobretudo na Província, dispõe de tamanhos meios de influência e coacção).

Quanto ao proletariado em particular e aos trabalhadores em geral, a exploração não só se manteria como ainda se agravaria.

Mas o decreto em questão vai mais longe ao prever, logo que se deixe de «justificar» qualquer das modalidades de intervenção previstas à excepção da «nacionalização» (intervenção do Estado na administração da empresa através da nomeação de delegados seus ou de uma comissão administrativa com possibilidades de assumir os poderes da Assembleia Geral para efeitos de fusão com outra ou outras empresas; possibilidade de suspensão da sua função de um ou mais administradores e restantes órgãos sociais; intervenção do Estado na obtenção de auxílio financeiro extraordinário; promover directamente, ou em colaboração com outros departamentos, as diligências necessárias para a obtenção dos fins em vista; impor medidas de saneamento económico e financeiro e a correcção de situações de balanço que se apresentem desajustadas, incluindo as relativas ao capital próprio) ao prever — dizíamos — que os representantes do Estado ou o proprietário, ou ainda a maioria absoluta dos sócios da empresa, poderão propor ou requerer a cessação da intervenção do Estado.

Quer isto dizer que o Estado estaria disposto a servir de amarra ao Capital. O que diz tudo, mais do que qualquer discurso de Vasco Gonçalves, Sá Carneiro, Mário Soares ou Álvaro Cunhal...

Enganam-se, porém, os «políticos governanteiros» se pensam poder, com truques do género, vencer a crise económica ou sequer adormecer os trabalhadores. Enganam-se porque o desemprego não terminará, a inflação não parará, a assistência médica e social não deixará de ser uma assistência capitalista, os transportes só serão bons para quem tiver «Mercedes» e dinheiro para andar de avião, o ensino será fácil para os endinheirados, a locação trará com ela os apertos dos primeiros dias do mês (quando existir), etc., etc., etc.

Enganam-se, porque a opressão não deixará de existir e a exploração será cada vez mais exploração.

Enganam-se sobretudo, porque, exactamente por tudo isso, a situação continuará a impor, e cada vez com mais premência, a necessidade de medidas radicais.

A política governamental continuará a ser uma Política Impossível. Por outro lado, o proletariado e seus aliados dão passos que, a concretizarem-se em organização aos vários níveis serão, a curto prazo, decisivos.

A possibilidade da Revolução Socialista aparece hoje com muito



mais nitidez, o que explica também a predisposição crescente de um cada vez maior número de militantes para a luta, para o trabalho político, para a organização.

É esta possibilidade que assusta os partidos da coligação e é ela que explica as aparentes mudanças de rumo de uns, o silêncio de outros, e ainda as contorsões de todos.

Falhada a manobra Palma Carlos, falhada a intenção de 28 de Setembro, falhada a política governamental — cada qual, entre reaccionários e reformistas, procura uma camuflagem.

No meio dos aspectos surgem os boatos (alguns com razão de ser, diga-se), as calúnias e as manobras.

Temos um Governo com três partidos: um PC silencioso à procura da sua Intersindical que não «cola», um PS a escaqueirar-se e um PPD elegantemente reaccionário.

Temos umas Forças Armadas com bravia discussão sobre o que parece ser e não é e sobre o que é e não parece ser. Por onde sair?

Temos Melo Antunes a falar com Agostinho Neto e a «esquecer-se» de que Mário Soares já estivera na Argélia, e temos o mesmo Mário Soares a babar-se pelas bochechas com Holden Roberto, Jonas Savimbi e Mobutu (diz-me com quem andas e dir-te-ei quem és).

Temos a NATO na berlinda e Kennedy, o carro-vassoura do imperialismo americano (aparece sempre onde este está em dificuldades) a visitar Portugal e a declarar à partida que tem esperanças...

Temos novo embaixador americano em Lisboa, cuja primeira declaração após a nomeação foi de que a CIA não estava a actuar em Portugal (donde se deduz que, ou é «bluff», ou o sujeito é da CIA e, se não havia CIA em Portugal, passará a haver).

Temos isto (e muito mais coisas) de um lado e temos uns trabalhadores que teimam em não se submeter à exploração e à opressão.

Temos organizações de direita, reformistas e temos organizações revolucionárias.

Temos uma sociedade dividida

em classes com costuras a rebentar-lhe por todos os lados.

Temos um Governo a falar no interesse do país e os pescadores e conserveiros a lutarem pelos seus interesses enquanto os patrões aumentam preços e despedem trabalhadores.

Temos, enfim, uma situação que não pode durar muito e que o proletariado deve aproveitar no sentido de impor soluções que lhe permitam a conquista de posições decisivas.

Há que lutar no sentido de evitar que o imperialismo americano consiga esmagar o MPLA. Há que denunciar a FNLA e a UNITA como organizações cuja assistência se deve ao valor comercial do dólar.

Só assim se poderá visar a constituição de um bloco — Portugal, Argélia, Moçambique e

Angola — que, juntamente com outros países não alinhados, poderá fazer frente ao imperialismo, conquistar-lhe posições, evitar o bloqueio imperialista ao futuro Portugal Socialista.

Para já há que dizer não às «nacionalizações» com indemnizações.

Há que impor vastas nacionalizações.

Há que lutar pela socialização das empresas nacionalizadas.

Há que avançar no sentido de promover as Comissões de Trabalhadores e Sindicatos de Empresa.

Há que, a partir daí, se organizem Sindicatos verticais.

Há que dar passos no sentido da criação de comissões políticas de empresa, embrião do futuro poder operário.

Há que construir um grande partido de quadros, um grande partido revolucionário.

# Revolução

## EDITORIAL

Que se passa na sociedade portuguesa para que tudo se encaminhe para a esquerda? Mesmo aqueles cuja classe não pode deixar lugar a enganos falam de «socialismo». O P.P.D., exemplificando claramente o apêlo que lhes é dado pelos trabalhadores — «Partido dos patrões desesperados» — adopta a linguagem da esquerda e chama antifascistas às suas fileiras da esquerda e chama anti-fascistas às suas fileiras. É o desespero da burguesia liberal, impossibilitada pela crise económica do capitalismo de fazer cumprir o seu programa. Nas fileiras do P.S. assiste-se a factos verdadeiramente fenomenais: fala-se em «ditadura do proletariado», «revolução socialista»... E até o monolitismo social-democrata do terceiro partido da coligação é abaldado. E abanado... Militantes de base estrilham e falam em termos revolucionários. Outros simplesmente descem do comboio, porque descobrem que não é o seu.

Assim estão os três partidos da coligação sujeitos aos vendavais do momento. A economia não perdoo, o económico-social é determinante; falham os jogos para quem pensou apenas em termos de super-estruturas políticas.

Os tempos que correm são de revolução, de revolução socialista. Quem fez as contas para a estabilização da democracia burguesa, quem pensou na hipótese desenvolvimentista, enganou-se.

E aqui se englobam organizações desde a direita até à chamada «extrema-esquerda». Uns por projecto de classe, os outros por ausência de análise, por ausência de pensamento materialista, alimentando-se da ideia de que o grande Partido se havia de organizar com tempo.

Mas resta saber qual a evolução próxima dos acontecimentos, qual a forma de poder político, que suportará uma profunda estruturação económico-social.

E aqui se insere também o problema mais quente em relação ao plano internacional: «o Tratado de Tordesilhas». Como a linha de divisão do mundo se situa a oriente de nós, lá para o meio da Europa, somos distribuídos à influência americana...

Como fugir a este destino? Só os fatalistas e os oportunistas não saberão que a vontade organizada dos trabalhadores vence todos os destinos e principalmente os dos «Tratados de Tordesilhas».

É que além de tudo o mais existe o chamado Terceiro Mundo.

RECEBEMOS ENCOMENDAS DO DOSSIER BRIGADAS

## Assinatura

Queiram considerar-me assinante na modalidade abaixo assinalada:

NOME .....  
MORADA .....  
LOCALIDADE .....  
PROFISSÃO .....

ASSINATURA: Semestral — 60\$00   
Anual — 120\$00

PAGAMENTO: Em cheque   
Em Vale

APARTADO 4117-LIS.-4



# NACIONALIZAÇÕES - SOCIALIZAÇÕES

A situação económica do país determina que os sinais de crise aumentem dia a dia. Aumenta o custo de vida e aumenta o desemprego. Este último dado é alarmante. Fala-se em 100.000 desempregados na indústria até ao fim do ano e em 500.000 no total. O que dá 16% da população activa.

Esta crise do capitalismo português não está desligada da crise do capitalismo mundial. Mas atinge em Portugal características especiais dada a situação periférica de Portugal em relação ao imperialismo. Portugal serve de país fornecedor de mão-de-obra barata e é como tal que convém aos países do imperialismo. Aqui instalam-se fábricas para obterem mão-de-obra a preços mais baratos do que na sua terra. E os objectos produzidos são apenas peças duma engrenagem — a dependência económica fica criada. Por outro lado, Portugal não produz suficientes bens de primeira necessidade, como carne e leite, tendo por isso que os ir comprar a esses mesmos países de que depende.

Esta crise do capitalismo português não fez senão agravar-se e, como sempre, é sobre as costas dos trabalhadores que se atiram as consequências — aumento do custo de vida e desemprego. Bem regam os governantes que os trabalhadores devem suportar, não fazendo greves, nem reivindicações sob o pretexto do perigo do "caos económico". E até correntes de movimento operário, como o reformismo (que neste caso se confunde com governo), procuram convencer os trabalhadores a aguentar as consequências da crise, com a finalidade de estabilizarem o poder e, portanto, de não o perderem na sua qualidade de partidos. Assiste-se mesmo a esta coisa espantosa do Sindicato dos Caixeiros fazer uma convocatória pública de Assembleia Geral, em que explica que cabe aos caixeiros, na sua qualidade de atendedores do público, opor uma barreira às reclamações sobre alta de preços. Tudo em nome do perigo da reacção, claro!

Nesta situação, aumentam as lutas dos trabalhadores; e o reformista mais sábio não consegue convencer ninguém a viver com 3300\$00 ou a ser desempregado e calar.

Os últimos meses demonstraram assim para muita gente que a crise económica se agrava e que não tem remédio dentro do sistema capitalista. E perante este dado várias posições se confrontam. A dos capitalistas, que a todo o custo querem manter as suas posições e que recorrerão ao fascismo logo

que necessitarem. E a dos revolucionários que percebem que só o socialismo será não só a única solução para os trabalhadores como o único obstáculo para opor ao fascismo. Mas, além destas duas posições, há a dos que ficam no meio e que procuram conciliar interesses e classes.

Estes acabaram sempre por querer encontrar soluções para o capitalismo, remendando aqui e acolá. E desde o capitalismo que faz reformas, até ao reformismo declarado, que representa os interesses da pequena burguesia no seio da classe operária, tudo são soluções para a sociedade capitalista. E em nada alteram as relações de produção e as condições dos explorados.

Só a socialização e a colectivização dos meios de produção constituem solução para o proletariado. E para que isso aconteça a transformação deve dar-se ao nível económico, social e político — a revolução socialista. Os aspectos de que esta revolução se revestirá em Portugal decorrem evidentemente da situação portuguesa actual e há que considerar todos os factores. E não tentar



copiar exemplos históricos, nem ficar misticamente à espera que se repitam.

Fala-se actualmente de nacionalizações. As nacionalizações estão na ordem do dia das conversas políticas. E no entanto há grandes ambiguidades a este respeito. É comum haver nacionalizações em países capitalistas, sem que nada se altere do sistema. E estamos lembrados que em Portugal a nacionalização da Companhia dos Telefones não diminuiu o custo das chamadas, nem melhorou a sua qualidade.

Porque portanto se fazem essas nacionalizações em países capitalistas? Nestes países as nacionalizações fazem-se em casos de empresas que se tornaram pouco rentáveis ou deficitárias. E o Estado passa a suportar os encargos da di-

ta empresa, com as respectivas indemnizações aos capitalistas.

São portanto os trabalhadores que mais uma vez suportam indirectamente os encargos do capital.

Em Portugal, há que ver quais as empresas que são nacionalizadas e como. Após o 25 de Abril correu-se a nacionalizar a C. P. que toda a gente sabia que era deficitária. E a nacionalização do BIP foi uma ajuda para Jorge de Brito.

Mas neste momento, em que se começa a falar a sério em nacionalizações temos que ser claros a este respeito. As nacionalizações que interessam aos trabalhadores são as das empresas rentáveis, cujos lucros fabulosos podem ser aplicados ou em aumento de salários, ou em aplicações várias numa economia planificada, ou em aplicações sociais — escolas, hospitais, casas.

Não haja portanto equívocos. As nacionalizações revolucionárias são as que dizem respeito às empresas rentáveis. As nacionalizações de empresas deficitárias são remendos para o capitalismo.

Mas aqui levanta-se um problema. Quando empresas anun-

portanto as empresas rentáveis, os grandes meios de produção fossem nacionalizados, acontecia neste país a revolução socialista. Cala o poder económico e a isso tinha que corresponder um novo aparelho de Estado, ao nível técnico-administrativo e ao nível militar. Poderia ser o início dum processo revolucionário que culminasse com a tomada do poder pelos trabalhadores.

Mas só quando a administração das empresas for colectiva e só quando o Estado for constituído por delegação dos trabalhadores estes terão tomado o poder e estarão em situação de exercer a

ditadura do proletariado, dominando a burguesia, como classe.

Mas recorrer a este modelo como fórmula mágica imediata sem estudar tacticamente os passos no dia a dia político pode ser idealismo (no sentido filosófico) e pode ser fatal. A realidade portuguesa actual é extremamente complexa. Os meandros do poder presente e futuro têm de ser analisados cuidadosamente e diariamente.

O passo importante que pode seguir-se é a nacionalização imediata dos grandes meios de produção. Mas uma coisa é certa — não é o Governo actual que o fará.

## POR UM SINDICATO DE EMPRESA

Discute-se a unidade sindical e o pluralismo sindical.

Entendendo o PRP—BR que é trabalho sindical todo o trabalho reivindicativo organizado, apresenta propostas de organização sindicalista de acordo com a sua linha.

Sendo a organização autónoma dos trabalhadores toda a organização independente de partidos, ela pode, no entanto, ser reivindicativa ou política. A reivindicativa é a organização sindical. Portanto constituem organização sindical as assembleias de trabalhadores, as comissões eleitas e as reuniões entre comissões.

Esta é a organização sindical que defendemos, porque entendemos que é a única representativa legítima dos trabalhadores. Ninguém pode negar a legitimidade das assembleias, a inteira possibilidade de aí se discutir, a inteira possibilidade de aprovar ou não decisões. E ninguém pode negar que as comissões a todo o momento podem responder perante as assembleias e ser demitidos quando fugirem aos interesses dos trabalhadores.

Ao contrário deste processo, o sindicalismo de cúpula defende as decisões tomadas pelas direcções sindicais, distantes dos trabalhadores e das suas bases. E defende os delegados sindicais como substitutos das comissões de trabalhadores. Ora os delegados sindicais são emissários das direcções dos sindicatos para defenderem nas bases a linha do sindicato. As comissões são o inverso; são eleitas pela base, que é a assembleia, para defenderem onde quer que seja as decisões do conjunto dos trabalhadores da empresa.

Por outro lado cada empresa

está dividida em dezenas de sindicatos, o que dá a completa divisão dos trabalhadores. Todos os que trabalham em empresas sabem como isto é verdade; o fascismo criou uma estrutura sindical que garante a divisão, que separa os trabalhadores.

Por isso defendemos que os sindicatos actuais sejam substituídos por sindicatos de empresa. E que entre os vários sindicatos de empresa se criem ligações orgânicas.

Esta é a única unidade que defendemos e que é a unidade máxima — todos os trabalhadores de empresa discutem e votam; a decisão maioritária é naturalmente a vencedora e a que será seguida. A ela se incluirão todos os trabalhadores, doa a quem doer.

Deste modo ficam preservadas as manipulações partidárias; não é este ou aquele partido que orienta, que manipula, ou manobrá o conjunto dos trabalhadores duma empresa, porque para além dos militantes desse partido (seja ele qual for) há milhares de outros trabalhadores, onde estão outros partidos e onde estão, sobretudo, homens sem partidos.

Se se quer a unidade dos trabalhadores acabe-se de vez com sindicatos de cúpula, controláveis partidariamente e que só dividem os trabalhadores.

Se se quer a liberdade sindical, defende-se a assembleia de empresa e o sindicato da empresa, onde se exprime a liberdade máxima de cada trabalhador.

Altere-se totalmente a estrutura sindical, substituindo-a por sindicatos de empresa, que disponham de todos os meios dos sindicatos actuais — dinheiro, aparelhos técnicos, legalidade de